



ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE SAÚDE PRISIONAL E PREVENÇÃO À LETALIDADE DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAIS DO AMAZONAS

Data: 22 de maio de 2025

Horário: 14h

Modalidade: Híbrida (presencial e remota)

Local: Fórum Ministro Henoch Reis / Plataforma Virtual

No dia 22 de maio de 2025, realizou-se a **2ª Reunião da Câmara Temática sobre Saúde Prisional e Prevenção à Letalidade do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas**, com a participação de representantes de diversas instituições. A reunião foi coordenada pela juíza **Larissa Padilha Roriz Penna**, colaboradora do GMF com suporte da Secretaria Executiva do Comitê, compostos pela assistente técnica estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD), **Luanna Marley de Oliveira**, a Secretária do GMF/TJAM, **Fernanda Priscilla Pereira Calegare** e o servidor da SEAP, **Belchior Rodrigues**.

Seguiu-se a apresentação dos participantes. Estiveram presentes Dra. Larissa Padilha Roriz Penna, Juíza coordenadora do GMF/TJAM, Keyla Maria Pinheiro Prado, Chefe de Departamento/SEAP, Ally Kercia R. dos Santos, Supervisora/SEAP, Carolina da Motta, Chefe de Saúde/SEAP, Mayara Santos dos Santos, Enfermeira/SEAP, Ana Paula de Medeiros Braga Bussolo, Juíza coordenadora do GMF/TJAM, Merilane Pires Ceolho, Assessora Técnica/SENAD/FIOCRUZ. Participaram **remotamente** via GoogleMeet, Tecla Auipe Caddah, Psicóloga/Colaboradora do GMF/TJAM, Jeane Leite, Psicóloga/SEMSA, Fernanda Sousa, Técnica da Gerência de atenção básica primária/SEMSA, Guilherme Pina Rocha, Servidor colaborador do GMF/TJAM, Luis Eduardo Pimentel Vieira Araújo, Procurador da República/PRAM, Sued Felix Ruiz, Frente Estadual pelo desencarceramento, Liege Teles Franco de Sá, Chefe do Núcleo de Promoção do Respeito a Diversidade - Saúde da População Privada de



Liberdade/NUPRED/DIVEQ/SEMSA, Eduardo Dias, Defensor Público/DPE, Paulo José Benevides dos Santos, Juiz/TJAM, e Fernanda Priscilla Pereira Calegare, Secretária do GMF/TJAM.

Na abertura dos trabalhos, a juíza Larissa contextualizou a importância da Câmara Temática como espaço de aprofundamento das ações e elaboração de metas vinculadas ao Plano Estadual Pena Justa, com base nas diretrizes nacionais estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347. A juíza reforçou a urgência da entrega do plano estadual até julho/agosto, visando sua implementação e posterior monitoramento.

Na sequência, foi apresentado um breve resumo da reunião anterior, destacando os principais pontos debatidos: a necessidade de implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), a importância da atenção primária como porta de entrada para o cuidado em saúde e o papel das equipes interinstitucionais na construção de um modelo de atenção à saúde eficaz e humanizado.

O ponto central da reunião foi a exposição técnica conduzida pela a Coordenação de Saúde Prisional da Secretaria de Administração Penitenciária, que apresentou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), aprofundando a situação do Amazonas. Apresentaram a linha histórica da política, desde sua origem na década de 1980 até sua regulamentação pela Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Foram detalhadas as diretrizes e princípios da PNAISP, incluindo integralidade, intersetorialidade, descentralização, hierarquização, humanização, responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios, bem como a composição e funcionamento das equipes de atenção primária prisional.

Durante a exposição, foi evidenciado que **o Amazonas ainda enfrenta entraves significativos à implementação plena da PNAISP**. Não há, até o momento, Plano Estadual de Saúde Prisional formalmente publicado, tampouco Grupo Condutor estadual institucionalizado, conforme preconizado pela normativa nacional. A coordenação da saúde prisional relatou que reuniões do grupo condutor



têm ocorrido informalmente desde 2022, mas a ausência de formalização por portaria da Secretaria Estadual de Saúde compromete o avanço das ações. Também foi destacado que não há monitoramento transparente da aplicação dos recursos transferidos aos Municípios pelo Ministério da Saúde via adesão à PNAISP, o que demanda controle e fiscalização mais efetivo.

Outro ponto crítico debatido foi a ausência de adesão do município de Coari à PNAISP, apesar de possuir unidade prisional, dificultando a garantia de atendimento adequado. Em contrapartida, os demais municípios com unidades prisionais aderiram formalmente à política.

A reunião foi marcada por importantes intervenções dos participantes. O procurador da República Luiz Eduardo manifestou preocupação com dois pontos principais: a ausência de protocolos formais para investigação de óbitos no sistema prisional e a fragilidade do enfrentamento às doenças transmissíveis, como HIV, sífilis, hepatite e tuberculose. Ressaltou a necessidade de criação de um fluxo específico para apuração de mortes sob custódia do Estado e a implementação de medidas eficazes de rastreamento e tratamento das ISTs.

Na mesma linha, a representante da Frente Estadual pelo Desencarceramento, destacou que muitos dos adoecimentos das pessoas privadas de liberdade decorrem das próprias condições estruturais das unidades prisionais, frequentemente insalubres e superlotadas, o que compromete a eficácia de qualquer política de saúde. Apontou ainda a dificuldade de rastreamento dos atendimentos realizados fora das unidades prisionais, como em hospitais, uma vez que a comunicação entre os sistemas é deficiente, e os dados muitas vezes não são integrados.

Também foram levantadas dúvidas sobre a atuação das equipes de saúde no interior do Estado, especialmente nas comarcas que possuem apenas Delegacias e não estruturas prisionais, situação que exige medidas adaptadas e articuladas entre os entes locais.

Em resposta às preocupações, a equipe técnica da SEAP detalhou o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde Prisional (UBS-P), explicando que



há atualmente seis equipes habilitadas na capital, com equipes ampliadas compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentistas e profissionais do ciclo psicossocial. Destacou-se que, embora a portaria do Ministério da Saúde preveja uma equipe mínima, a SEAP tem atuado com equipes expandidas devido à complexidade das demandas do sistema prisional.

Entretanto, reconheceu-se a necessidade urgente de avançar em diversos aspectos: a elaboração de fluxos intersetoriais para continuidade do cuidado em unidades hospitalares; ampliação da cobertura de ambulâncias específicas para o sistema prisional; qualificação das equipes para alimentação dos sistemas de informação (como PEC e e-Gestor); e formalização dos instrumentos de gestão como o Plano Estadual de Saúde Prisional e do Grupo condutor.

Como encaminhamentos concretos, deliberou-se:

1. Formalizar, por meio de portaria da Secretaria de Estado de Saúde (SES), o Grupo Condutor Estadual da PNAISP. **Solicitar reunião com SES para tratar da PNAISP e sua implementação.**
2. Retomar a construção do Plano Estadual de Saúde Prisional.
3. Dialogar com o município de Coari e solicitar adesão formal do município à PNAISP, bem como reforçar a atuação da SES para intermediar a adesão municipal.
4. Elaborar protocolo interinstitucional para a investigação de óbitos ocorridos no sistema prisional.
5. **Incluir no Plano Pena Justa medidas específicas para o rastreamento, diagnóstico e tratamento das principais doenças transmissíveis no sistema prisional.**
6. Construir fluxos intersetoriais para continuidade de cuidado entre unidades prisionais e hospitais, bem como para fornecimento de insumos e vestimentas às pessoas custodiadas durante internações.



7. Reforçar a política de capacitação permanente e humanização do atendimento, com foco em direitos humanos, envolvendo inclusive os monitores de ressocialização e diretores de unidades.
8. Realizar mapeamento da situação das carceragens em municípios sem unidades prisionais, visando estratégias regionais de cobertura em saúde.
9. Compartilhar com o grupo a versão atualizada da apresentação técnica sobre a PNAISP e documentos normativos de referência.
- 10. Para próxima reunião:** apresentação técnica da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e Secretaria Estadual de Saúde, na próxima reunião, sobre a aplicação dos recursos financeiros repassados via PNAISP.

Por fim, foi ressaltado que os desafios enfrentados pelo Amazonas no campo da saúde prisional exigem articulação efetiva entre os entes federados, financiamento transparente, formação continuada das equipes e compromisso político das secretarias de Estado e municípios. A próxima reunião da Câmara Temática será agendada, com base nos encaminhamentos realizados.

Larissa Padilha Roriz Penna
Juíza colaboradora do GMF

Luanna Marley de Oliveira
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)



Fernanda Priscilla Pereira Calegare
Secretária do GMF/TJAM

Belchior Marcos Rodrigues
Servidor da SEAP-AM